

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais

Maria Eustáquia Valentim de Oliveira

As consequências e a experiência da cidade de Santo André com a
retirada do Orçamento Participativo em 2009

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais

Maria Eustáquia Valentim de Oliveira

As consequências e a experiência da cidade de Santo André com a retirada do Orçamento Participativo em 2009

Monografia da Escola de Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção do título de pós-graduação em Políticas Públicas.

Tutor orientador: Prof^o Otávio Dias de Souza Ferreira

São Paulo

2014

Abstract

This research aims to investigate the extent to which the government of Brazil's Labor Party, who took over in 2009, the City of Santo André, São Paulo, continued the government's participatory project of the Workers Party, which held the previous government and the importance of the project for the development of the city and its population. The presentation of a historical review serves to ensure that, through an overview of past governments, we can understand what happened with the budget part of 2008, due to the transitional government, as well as having knowledge of what the position of the aldermen of the City Hall and the new management. This survey will be conducted through interviews, newspaper articles, tables with the demands in the regions and approved by City Council Budget, along with a brief comparison with the experience of the City Porto Alegre, in order to provide enough content to make it possible realize the consequences of these facts and extend a result of this learning experience.

Key words: Budget, Popular Participation, Participatory Budgeting

Maria Eustáquia Valentim de Oliveira

As consequências e a experiência da cidade de Santo André com a retirada do Orçamento Participativo em 2009

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor (a)

Assinatura:

Professor (a)

Assinatura:

Professor (a)

Assinatura:

Data da Aprovação: ___/___/___

Dedico este trabalho a todos que acreditam na democracia como meio de emancipação social e desejam participar ativamente do processo para alcançar as melhorias necessárias para viver de modo digno e solidário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a meu esposo Marcos, que não mediu esforços, por me ajudarem nesta jornada, durante os meses que se seguiram na preparação deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar até que ponto o governo do Partido Trabalhista do Brasil, que assumiu, em 2009, a prefeitura de Santo André, em São Paulo, deu continuidade ao projeto participativo do governo do Partido dos Trabalhadores, que exercia o governo anterior e a importância do projeto para o desenvolvimento da cidade e de sua população. A apresentação de um resgate histórico serve para que, por meio de uma visualização geral de governos anteriores, se possa compreender o que ocorreu com a peça orçamentária do ano de 2008, em decorrência da transição governamental, bem como ter conhecimento sobre qual a posição dos vereadores da Câmara Municipal e da nova gestão. Esse levantamento será realizado por intermédio de entrevistas, artigos de jornais, tabelas com as demandas aprovadas nas regiões e pelo Conselho Municipal de Orçamento, além de uma breve comparação com a experiência da cidade de Porto Alegre, afim de apresentar conteúdo suficiente para que seja possível perceber as consequências desses fatos e estender um aprendizado em decorrência dessa experiência.

Palavras-chave: Orçamento, Participação Popular, Orçamento Participativo.

Lista de Ilustrações

Figura 1 16

Lista de Tabelas

Tabela 1	27
Tabela 2	28
Tabela 3	29
Tabela 4	29
Tabela 5	30
Tabela 6	30
Tabela 7	31
Tabela 8	31
Tabela 9	31
Tabela 10	31
Tabela 11	31
Tabela 12	31
Tabela 13	32
Tabela 14	32
Tabela 15	32
Tabela 16	32
Tabela 17	33
Tabela 18	33
Tabela 19	33
Tabela 20	33
Tabela 21	34
Tabela 22	34
Tabela 23	34
Tabela 24	34
Tabela 25	35
Tabela 26	35

Tabela 27	35
-----------------	----

Lista de Abreviaturas

CMO – Conselho Municipal de Orçamento

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOM – Lei Orgânica Municipal

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

OP – Orçamento Participativo

PDT – Partido Democrata Trabalhista

PPA – Plano Plurianual

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

SPO – Sistema de Planejamento e Orçamento

UAMPA – União Associação de Moradores de Porto Alegre

Sumário

1. Introdução	13
2. Revisão da literatura	14
3. Metodologia	16
4. Resultados	24
5. Considerações finais	25
Referências	26

1. Introdução

Esta pesquisa aborda a descontinuidade do projeto “Orçamento Participativo” (OP), na mudança de gestão, que ocorreu em 2009, na cidade de Santo André, São Paulo, as consequências dessa ação e a experiência adquirida nesse processo. O propósito deste estudo é expor a situação e considerar atitudes assertivas, considerando os fatos, analisando os resultados e assumindo uma posição imparcial e objetiva. Para este estudo, foram levantados alguns aspectos relevantes, a saber: qual sua base legal, sua origem, quem deve estabelecer, sua função, entre outros. Espera-se contribuir para que o leitor conheça melhor uma parte da máquina governamental e atue mais efetivamente, como cidadão e contribuinte, das decisões na cidade em que vive. No capítulo 2, temos a revisão da literatura, com artigos e leis que fundamentam o projeto; no capítulo 3, será descrita a maneira utilizada para realizar toda a pesquisa; no capítulo 4, serão apresentados os métodos, procedimentos e instrumentos utilizados para a pesquisa; no capítulo 5, serão apresentados os resultados; no capítulo 6, as considerações finais, seguidas das referências e anexos necessários.

2. Revisão de Literatura

Este estudo procurou compreender o que ocorreu com a peça orçamentária, do ano 2008, que deveria ser executada no ano de 2009, após a mudança de governo na cidade de Santo André, no ABC Paulista. Uma entrevista do jornal ABC Maior, de 27 de abril de 2009, descreve a ida do prefeito em exercício, naquele mandato de 2009 a 2012, à câmara de vereadores de Santo André:

“O prefeito de Santo André, Aidan Ravin (PTB), formalizou nesta segunda-feira (27/04) a extinção do OP (Orçamento Participativo) no município. O fim do OP, implantado há 12 anos pelo ex-prefeito Celso Daniel, foi apresentado pela Administração à bancada de sustentação em reunião que discutiu a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o ano de 2010.

Em substituição ao OP, Aidan pretende "regulamentar" o CMO (Conselho Municipal de Orçamento), que na gestão anterior existia como política pública do PT. Ao contrário do que aconteceu nas últimas três administrações – quando os membros do CMO eram eleitos pela população nas plenárias do OP, de maneira paritária com os indicados pela Prefeitura –, o Conselho de Orçamento de Aidan terá cinco membros indicados pela Administração e cinco representantes da sociedade indicados pela Câmara.

"O Aidan pode extinguir o OP, pois não está previsto na LOM (Lei Orgânica do Município). Temos outro estilo de governo, diferente do PT. Por isso vamos regulamentar o CMO e indicar cinco membros, que apresentarão as demandas populares à Prefeitura", afirmou o líder de governo Marcelo Chegade." (Jornal ABC Maior, de 27 de abril de 2009)

A Lei Orgânica do Município (LOM) de Santo André foi aprovada pela Câmara Municipal, em sessão de 02 de abril de 1990 e, na Seção III, Dos Orçamentos, lê-se: “Art. 132- Fica criado o Conselho Municipal de Orçamento (CMO) a ser regulado por lei”. Após a publicação da Lei Orgânica, não foi criado um decreto que regulamentasse este Conselho Municipal de Orçamento (CMO), porém, a Constituição Brasileira, de 1988, diz que deve ter gestão participativa na elaboração do orçamento público e a fiscalização dos gastos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, e o Estatuto das Cidades, em 2001, esclarecem a necessidade de transparência, controle e fiscalização das contas públicas. A LRF, no artigo 48, parágrafo único, implica a necessidade da participação popular e da realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Entre 1992 até a última plenária, realizada em maio de 2008, o OP contou com a participação de quase 100 mil pessoas e incorporou ao orçamento municipal exatas 365 propostas populares. Destas, 299 já foram executadas e 32, estão em andamento; as demais 34 propostas, que somam investimentos de R\$ 74,5 milhões, estão previstas para serem implantadas até o início de 2010.

“O OP é uma conquista festejada pelo Fórum Social Mundial. É um retrocesso, a extinção do OP e eu tenho certeza de que a população irá cobrar isso do Aidan. A impressão que eu tenho é que ele definitivamente quer apagar todas as conquistas das Administrações passadas”, afirmou a socióloga e professora da Fundação Santo André, Angélica Lovatto.

“Com a extinção do OP, Aidan revela uma concepção política que é a da restrição da participação popular. Quando ele transfere a escolha dos membros do CMO à Câmara, Aidan ganha margem de manobra política para conseguir apoio dos partidos”, explicou o sociólogo Paulo Douglas Barsotti, professor da FGV (Fundação Getúlio Varga), em entrevista ao Jornal ABCD Maior, de 27 de abril de 2009, por Júlio Gardesani.

O OP permite à sociedade civil intervir na elaboração da Peça Orçamentária de sua cidade. A Constituição Federal, de 1988, direciona um Estado Democrático de Direito à liberdade, igualdade e justiça em seu artigo 204, inciso II, lê-se: “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política e no controle das ações, em todos os níveis”. O OP não faz parte da Lei Orgânica do Município, desta forma, o prefeito que toma posse no ano subsequente, não tem a obrigatoriedade de cumprir com o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no seu primeiro ano de mandato.

3. METODOLOGIA



Figura 01- Região Metropolitana de São Paulo e Santo André

Santo André é um município brasileiro, localizado na região metropolitana do Estado de São Paulo, com 175.781 km², situada na região do grande ABC. Sua população, em 2010, era estimada em 676.407 habitantes, segundo o censo do IBGE. A cidade, ao longo dos anos, tem passado por muitas transformações que perpassam a hegemonia da classe trabalhadora e os movimentos sindicais. A greve, promovida pelo sindicato dos metalúrgicos, na cidade de São Bernardo do Campo, em 1978 a 1980, avança pelas cidades do ABC, e outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, trazendo à tona a participação popular, nos movimentos sindicais, em busca de melhores salários e condição de vida. Esta participação culmina, também, com os efeitos da Globalização, o achatamento dos salários e as várias demissões que ocorreram não pelas greves, mas pelo enxugamento das filiais, para preservar os empregos das empresas matrizes. O sindicalismo passa a ter uma nova concepção, com a participação popular. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980, e o fortalecimento sindical auxiliaram na ruptura do poder da ditadura militar, bem como o fato de ir às ruas, pedindo as diretas já, com a participação do movimento estudantil e da classe operária, dos artistas e intelectuais foram de grande influência para que a

democracia popular voltasse à nação brasileira. O século XX foi crucial para democracia, marcado pelos movimentos sociais e o paradigma da participação popular. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 204, inciso II, definiu como diretriz: “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política e no controle das ações em todos os níveis”. Na metade do século XX, na Itália, António Gramsci, conceitua hegemonia e a sociedade civil com a relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. O domínio pela força e consenso. A força exercida pelas instituições políticas e jurídicas e pelo controle do aparato policial militar. O consenso refere-se à cultura, formada por um conjunto de valores morais e regras de comportamento. Segundo Gramsci, “toda relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica”, isto é, de aprendizado, ou seja, mais apropriadamente, exercer a cidadania pela democracia participativa. E ainda na Constituição Brasileira, em seu artigo 1º, lê-se: “O poder emana do povo para o Povo”. A redemocratização brasileira, que envolveu a sociedade civil, estudantes, associações de classes e moradores, buscava uma hegemonia política. Assim, o país revelou o primeiro presidente civil, José Sarney (1985-1990). Neste processo pela democracia plena, verifica-se um velho resquício do autoritarismo, certo clientelismo político com as chamadas emendas parlamentares e a criação de um orçamento clientelista. A política brasileira, no século XIX, tinha um forte cunho dos mediadores políticos na distribuição de bens públicos (Granam, 1990). Nos anos de 1970, começaram as formações de associações comunitárias, com o intuito de reivindicar melhorias nos serviços urbanos, que não era um favor oferecido pelo Estado mas, sim, um direito do contribuinte (Arvritzer, 2000). Em Porto Alegre, o primeiro prefeito eleito democraticamente, foi Alceu Collares, do PDT, que, após o período militar, propôs em sua gestão a participação popular na Administração. Assim, a União Associação de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), propôs:

“O mais importante na Prefeitura é a arrecadação e a definição de para onde vai o dinheiro público. É a partir daí que vamos ter ou não verbas para o atendimento das reivindicações das vilas, bairros populares. Por isso queremos controlar a sua aplicação” (UAMPA, 1986).

E mais à frente, o documento da UAMPA, solicitava: “queremos decidir sobre as prioridades de investimentos em cada vila, bairro e da cidade, em geral”. Esse

parece ser o primeiro documento disponível, que utiliza o termo orçamento participativo e antecipa elementos da sua prática.

Em 1988, o Partido dos Trabalhadores (PT) vence as eleições, em Porto Alegre, com Olívio Dutra que, foi um defensor da gestão participativa, tomando por base a concepção de Marx dos conselhos operários e movimentos sociais no Brasil, defendia, no seu programa de governo, os conselhos operários que gerariam conselhos na cidade (Abers, 1996:38). As lutas da classe trabalhadora produziam novas formas de organização e transformações sociais. Uma das políticas públicas implantada foi o “Programa Orçamento Participativo” que nasce com a concepção de cogestão do Orçamento, entre o governo e a sociedade, partilhando juntos as ações que deveriam ser implantadas na cidade, vilas e bairros, com a participação popular.

O Orçamento Participativo tem regras claras, que são definidas em regimento interno pelos conselheiros eleitos pela população, é construído pelo Conselho Municipal do Orçamento e regido de forma paritária pelo governo e a sociedade civil. Este conselho é formado pela sociedade civil, com titular e suplente e após a eleição, realizada nos bairros. Estes conselheiros passam por um curso para conhecer a formação da peça orçamentária, visitam os bairros na caravana de prioridades e identificam, desta forma, a realidade de cada demanda eleita pela população.

Em 17 de junho de 2008, a Câmara Municipal de Santo André aprovou quatro projetos de Lei, três projetos de autoria do poder Executivo. Entre os projetos de Lei, temos o de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as metas para formulação do Orçamento Municipal, relativo ao ano de 2009 e foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. A Lei de Diretrizes de Bases foi elaborada com a participação da sociedade civil, que foi ouvida pelo prefeito e seus secretários e, após este processo, foram votadas nas 19 regiões, que compunham o Orçamento Participativo.

As demandas, eleitas pela população, não eram apenas mais uma peça orçamentária mas o desejo de moradores locais com necessidades imediatas a

serem supridas pelo Poder Público. Após a negativa do prefeito em dar continuidade à peça orçamentária de 2008, a forma de interferência na peça orçamentaria foi alterada e, cada vereador, passou a ter direito a emendas parlamentares, para serem gastas em suas bases eleitorais, no valor de R\$200.000,00. A bancada do Partido dos Trabalhadores procurou elementos legais para reverter o não cumprimento, na íntegra, da peça orçamentária, porém o Orçamento Participativo não constava na Lei Orgânica do Município. Em reunião, a bancada decidiu, no ano de 2009, continuar com a consulta à população e, desta maneira, surge o Orçamento Participativo Alternativo, que foi, gentilmente, chamado pela bancada de “OPA”. Das 19 regiões, a cidade foi dividida em 6, nas quais cada vereador ficou responsável por uma região. No “OPA”, os vereadores chamavam a população para, juntos, debaterem e escolherem o que era necessário na região. Também, nestas plenárias, se escolhiam conselheiros titulares e suplentes, nos mesmos moldes do Orçamento Participativo. Nesta época, os vereadores recebiam emendas parlamentares e, de posse destes valores, que chegavam à verba de R\$200.000,00 por vereador, a bancada, com seis vereadores do PT, somou R\$1.200.000,00 em emendas parlamentares para, assim, colocar o desejo da população na peça orçamentária de 2010. O vereador José Montoro Filho, em entrevista, disse “Que a cidade de Santo André, com mais de 700 mil habitantes, não se pode governar sem ouvir a população”. A Opa veio como um instrumento de participação da comunidade em falar, elogiar e criticar.

Em entrevista, o vereador Tiago Nogueira relembra “que, em fevereiro de 2009, o OPA se tornou um movimento de resistência, na plataforma de oposição, nos três anos seguintes. Durante o ano de 2009, cerca de 1000 pessoas estiveram nas reuniões preparatórias envolvendo a militância do PT e a população. Foi, também, um espaço de denúncias do atual governo. Nestas reuniões, a bancada recebia apoio da população e dos movimentos sociais organizados, tendo constatado, nas caravanas de visitação, mais de 34 obras paralisadas na cidade. Faz destaque à experiência do Orçamento Participativo como inovadora e carente de aprimoramento, ressaltando que o prefeito precisava prestar contas do que faz na cidade, indo até os bairros. O exemplo a ser seguida a pressão popular funciona mais serve para o governo como um canal de organização.”

Os vereadores, da base aliada do prefeito em exercício na época, procurados alegaram dificuldades de agenda por seus assessores.

O conselheiro titular da região M, o Sr. Wagner Figueiredo, lembra que, na época, a sociedade civil procurou o governo para dar continuidade ao Orçamento Participativo, porém, os conselheiros não foram recebidos pelo governo e aponta que a decisão do prefeito, em retirar o Orçamento Participativo e não colocar nenhuma alternativa para que a sociedade civil participasse do processo de escolhas de demandas a serem acrescentadas pelo Executivo, trouxe um retrocesso para a cidade. O conselheiro da região Q, o Sr. Ari Ribeiro, teve a mesma opinião, disse que “o prefeito não quis receber a sociedade civil e acrescentou que sua região foi uma das mais prejudicadas, pois as obras do orçamento participativo foram paradas, na sua região e na cidade. Também, revela que procurou o presidente da câmara, José de Araújo, para falar sobre o assunto mas não foi recebido.

Em 2004, na cidade de Porto Alegre, o ex-senador José Fogaça, coligação PPS, tinha como “slogan” político “manter o que estava bom e mudar o que é preciso”. Após 16 anos de Administração Petista na cidade, porém em sua plataforma de governo, José Fogaça mantém o Orçamento Participativo. No ano de 2005, a nova Administração tomou posse e mudou o nome para “Governança Solidária Local”, mantendo os mesmos moldes aos quais consagraram o Orçamento Participativo entre a população. A Governancia Solidária Local não foi apenas um programa de governo, mas um estilo diferente com um novo paradigma para a nova cogestão participativa.

Para fazer o levantamento dos acontecimentos, foi pesquisado se a bancada de vereadores do PT, do município em questão, recorreu ao Ministério Público, por intermédio de uma representação pública, em decorrência da ação da nova Gestão; foi verificado o posicionamento dos vereadores, eleitos no processo democrático de 2008, e a reação dos Conselheiros, que tomaram posse do Conselho Municipal de Orçamento (CMO).

Nesta pesquisa, de cunho bibliográfico, realizada em artigos e jornais da época e entrevistas a vereadores e conselheiros eleitos, inclui-se duas perguntas,

dirigidas a dois vereadores do PT e dois vereadores da oposição, com mandato na época: a primeira, “O que a bancada do PT fez para que se respeitasse a peça orçamentária de 2008?” e a segunda, “O que representa o Orçamento Participativo na cidade de Santo André?” Também, foram entrevistados dois membros do Conselho Municipal do Orçamento, que responderam as seguintes perguntas: “A sociedade civil foi procurada para a tomada de decisão do poder Executivo, sobre a retirada do Orçamento Participativo da cidade?” e “O que o Orçamento Participativo representa para a sociedade civil?”

A presente pesquisa, procurou adotar um estudo de caso, referente às experiências da cidade de Santo André, de forma descritiva, resgatando o período das administrações do prefeito Celso Augusto Daniel 1989-1992, interrompido no período 1993-1996, retomado em 1997-2000, e mantido pelo governo petista em 2001-2004 e 2005-2008, sendo objeto desta pesquisa, o ano de transição de governo 2008 a 2009, quando foi assumido pelo governo do PTB.

O orçamento público, ao longo dos anos, tem passado por inúmeras transformações, porém a Constituição Federal, de 17 de março de 1964, na Lei nº 4.320/64, lhe confere os seguintes princípios:

“- Unidade: segundo esta premissa, o orçamento público deve se constituir em uma única peça, abrangendo as receitas e despesas do exercício financeiro.

- Anualidade: a previsão de receita e a fixação da despesa devem sempre se referir a um período limitado de tempo. A cada exercício, o Poder executivo terá que solicitar nova autorização do Poder Legislativo para cobrar e arrecadar tributos, bem como para aplicar os recursos obtidos.

- Universalidade: todas as receitas e despesas serão detalhadas ao Poder Legislativo, para um controle melhor das contas do Executivo.

- Publicidade: garantia da transparência e pleno acesso, a qualquer interessado, às informações necessárias ao exercício de fiscalizações sobre a utilização dos recursos arrecadados dos contribuintes.

- Especificações: princípio ao qual deve, de forma detalhada, todo o orçamento destinado, a atender as

despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras despesas.

-Exclusividade: somente poderá conter matérias relativas à previsão de receitas e à fixação da despesa.

- Clareza: deve ser elaborada de forma clara, completa e ordenada, de modo a possibilitar a sua fácil compreensão.

- Equilíbrio o orçamento público deverá manter o equilíbrio financeiro entre a receita e a despesa pública. Desta forma, o total de receita deve ser igual ao total da despesa pública.

O ciclo do orçamento público se inicia:

- A proposta é encaminhada pelo Executivo, sob a supervisão política do chefe do poder e assistência de seus órgãos técnicos.

- A discussão e aprovação dessa proposta, pelo Parlamento.

- A sanção do chefe do poder Executivo, por ele e pelos ministros/ secretários.

- Controle da execução do orçamento e parecer final sobre as contas pelo Tribunal de Contas.

- Julgamento das contas pelo Parlamento, que tem competência para recusá-las e submeter o Presidente e Ministros a “impeachment”, em caso de atentado à probidade da administração, à lei orçamentária, à guarda legal e ao emprego do dinheiro público.”

A Constituição Federal, de 1988, atribui ao Poder Executivo a responsabilidade do Sistema de Planejamento e Orçamento, com os três instrumentos o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A concepção de planejamento, junto com orçamento, auxilia o governo a curto, médio e longo prazo, definindo os gastos públicos de forma transparente e eficaz.

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - plano plurianual

II- as diretrizes orçamentárias

III- os orçamentos anuais (Brasil, 1988).”

O PPA se inicia com o planejamento das ações e diretrizes do governo por quatro anos, isto é, pensar o governo a curto, médio e longo prazo.

4. RESULTADOS

Vimos, pelos depoimentos e artigos apresentados, que houve interesse por parte da bancada petista em manter o programa apesar da dificuldade demonstrada pelo governo atuante e que, aos poucos, a resistência foi cedendo à insistência da população e dos vereadores.

5. Considerações Finais

As Leis, no Brasil, são disponibilizadas na imprensa, mídia, câmara legislativa e, por desconhecimento, a sociedade prefere ficar fora do processo político. Com advento dos tempos modernos, as pessoas não se reúnem nas associações de bairro, ficando alheias a tudo, inclusive das discussões que envolvem a escolha do Programa de Governo que melhor atenda as legislações da Constituição Federal, do Estatuto das Cidades e da Lei de Responsabilidade.

Com a falta de Planejamento Participativo, a sociedade civil deixa de ter acesso, ao diálogo junto aos Gestores Públicos. Foram quatro anos sem diálogo com a sociedade civil e, durante este tempo, não houve a genuína participação popular e voluntária. Entretanto, espera-se que a sociedade saiba reconhecer os avanços e benefícios que a cogestão participativa traz para a população mais carente e da periferia. Governar é mais que estabelecer interesses próprios, vai além das diferenças partidárias ou da política de cunho clientelista, por barganhas, nas emendas na peça orçamentária. A população precisa estar atenta aos seus direitos, independentemente de Partidos que sucedam o pleito. O programa de governo de cada Partido deve ser conhecido e, também, debatido.

BRASIL, SÃO PAULO, SANTO ANDRÉ. Lei nº 9.107 de 15 de dezembro de 2008. Projeto de Lei 040 de 30 set. 2008 - Processo 43208/2008. Dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Santo André para o exercício de 2009.

BRASIL. Art. 165 de 1988. Constituição Federal.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Responsabilidade Fiscal

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto das Cidades.

BRASIL. Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964. Constituição Federal.

BRASIL. Lei Orgânica do Município de Santo André: < http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?Option=com_content&view=article&id=473&Itemid=24>

FEDOZZI, Luciano: O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre: Tomo Editorial,2000

GARDESANI, Júlio. Aidan acaba com Orçamento Participativo. **Jornal ABCD Maior**, 27 abr. 2009. Seção, caderno, página.

GRAHAM,1990. Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil. Stanford: Stanford University Press.

L. Avriizer, 2000. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico

PFAIFER. M. & ANGELI, Rosemari F. Contribuições de Gramsci para a educação. Mimeo, Curitiba, 2010.

ANEXOS

A seguir as demandas solicitadas na peça orçamentária de 2008, em tabelas separadas:

Tabela 1 - Saúde

Região	Demanda Incorporada	Descrição da Demanda
A	Reforma da Unidade de Saúde Utinga.	Construção de uma sala de agendamento, adequação da farmácia e pintura geral.
D L Cidade	Implantação de Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso	Criação de um ambulatório multidisciplinar para atendimento ao idoso nas unidades de saúde, com os especialistas gerontólogos: 01 Assistente Social, 01 Educador Físico, 01 Enfermeiro, 01 Fisioterapeuta, 02 Médicos Geriatra, 01 Nutricionista, 01 psicólogo e 01 Terapeuta Ocupacional.
N	Reforma da Unidade de Saúde Centre Ville, incluindo paisagismo e troca de mobiliário	
P	Construção de uma Unidade de Pronto Atendimento na região.	Construção de um Pronto Atendimento, com 550m ² aproximadamente, com recepção ampla, sala de emergência, área de movimentação de ambulâncias, salas de observação, repouso para plantonistas, necrotério, salas de observação para 12 pacientes, com capacidade para o atendimento mensal de 8.000 pacientes, em clínicas médicas e 3.300 em pediatria. Recursos Humanos: 1 médico responsável; 2 médicos clínicos; 1 médico pediatra; 1 encarregada técnica; 1 encarregada administrativa; 1 chefe de enfermagem; 1 farmacêutico; 2 auxiliares de farmácia; 5 enfermeiros; 42 auxiliares de enfermagem e 3 secretárias.
Q	Implantação de equipe de Saúde Bucal na Unidade de Saúde Recreio da Borda do Campo	Implantação de 02 equipes de Saúde Bucal. Estrutura física: Reforma da unidade de saúde. Recursos Humanos: 02 Dentistas e 2 Auxiliares de Consultório Dentário.
R	Construção de uma Unidade de Pronto Atendimento em Paranapiacaba	Construção PA de aproximadamente 580m ² , com recepção, sala de espera, sanitário, administração, farmácia, almoxarifado, 02 consultórios, 1 Odonto, inalação, curativo/procedimento, medicação / Vacina, posto de enfermagem, Raio X, observação masculina e feminina, sala de emergência com 3 leitos, posto policial, DML/ expurgo, vestiários, conforto médico/enfermagem, copa.
S	Ampliação do Programa Saúde da Família para a região	Recursos físicos: Necessidade de construção de 02 unidades de saúde para implantar com 4 equipes cada. A Área de cada unidade deverá ser de aproximadamente 500m ² . Implantação de 08 equipes de saúde da família. Recursos Humanos: 08 Médicos, 08 enfermeiros, 16 auxiliares de enfermagem, 40 Agentes Comunitários de Saúde, 12 Oficiais Administrativos e 06 Auxiliares de serviços gerais.

Tabela 2 - SOSP

Região	Demanda Incorporada	Descrição da Demanda
A	Adequação de paisagismo no entorno da Estação de Utinga, incluindo iluminação ornamental nas áreas de passeio.	Atendimento de adequação de paisagismo: Reformulação da vegetação existente, manutenção de passeios, mobiliários e iluminação ornamental nas áreas de passeio.
C	Capeamento asfáltico da Rua Alemanha, no trecho em paralelepípedo.	. Rua Alemanha – Capeamento (trecho em paralelepípedo com 950 m de extensão por 7 m de largura)
	Recapeamento das Ruas Guaxinduva, Aracanga e trecho da Caraguatatuba entre a Rua Guaraiúnas e Av. Dos Estados.	Recapeamento da Rua Guaxinduva – via com 800 m de extensão por 8,40 m de largura – estimativa de custo R\$ 389.000,00 – Rua Aracanga com pavimento asfáltico em razoáveis condições, possuindo 540 m de extensão por 9,50 m de largura - estimativa de custo para recapeamento R\$ 307.000,00. Rua Caraguatatuba (trecho entre a Rua Guaraiúnas e Av. Dos Estados) com 100 m de extensão por 8,50 m de largura -Estimativa custo para recapeamento R\$ 58.000,00.
D	Urbanização de área de lazer no Jardim Área 28 á – Avenida Nova Zelândia	Área total=24.300 m ² destinados a ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Urbanização de área verde com revitalização do campo de futebol existente (45m x 90m), implantação de quadra em concreto (14m x 24m) ambos com alambrado, pista de caminhada, playground, pista de skate, praça com mobiliário, passeios, vegetação e iluminação.
F	Recapeamento das Ruas Borba Gato, Rodolfo Santiago, Valdemar Tibagi Tavernaro e Ramos de Azevedo.	Recapeamento Rua Borba Gato – via com 230 m de extensão por 8 m de largura – estimativa de custo R\$ 110.000,00. 2) Recapeamento da rua Rodolfo Santiago – via com 500 m de extensão por 8 m de largura - estimativa de custo de R\$233.000,00. 3) Recapeamento Valdemar Tibagi Tavernaro – via com 350 m de extensão por 6 m de largura- estimativa de R\$127.000,00 -4) Recapeamento Rua Ramos de Azevedo- via com 200 m de extensão por 8 m de largura – estimativa de custo R\$ 119.000,00
G	Revitalização de área verde no Conjunto Prestes Maia, incluindo iluminação	Área – 39.995,50 m ² - área na margem da Av. Preste Maia, que vai desde o lado do Centro de Detenção (onde estão as moradias provisórias) até a parte de baixo, próximo à unidade de negócios. Reformulação da vegetação existente e manutenção geral de passeios, brinquedos, mobiliários e iluminação.
I	Urbanização da Praça Lapate Neto	Praça Lapate Neto – área total 16.600 m ² , implantação de quadras, área de convivência com bancos e mesas, playground, pista de caminhada, equipamento de ginástica, pista de skate, melhorias no campo de malha, construção de passeios, implantação de vegetação e iluminação.
J	Recapeamento das Ruas Alvorada, Aporá, Arariba e Arouche.	Recapeamento da Rua Alvorada- via com 180.000 m de extensão por 7,20 m de largura – estimativa de custo R\$ 76.500,00; 2) Rua Apora – via existente no núcleo Apucarana entre a Rua

		Abrantes e Av. Áurea nº 1031. Capeamento de via em paralelepípedo com 70.000 m de extensão por 3,50 m de largura - estimativa de custo R\$ 21.000,00; 3) Recapeamento da Rua Arariba (um trecho desta via foi recapeada recentemente – trecho entre a rua Adriático e rua Carijós) trecho com 290 m de extensão por 7,20 m de largura – trecho entre a rua Adriático e rua Alvorada – estimativa de custo R\$ 123.000,00. 4) Recapeamento da Rua Arouche – via com 390 m de extensão por 7,20 m de largura - estimativa de custo R\$ 166.000,00.
K	Recapeamento da Rua Franco da Rocha	Recapeamento da Rua Franco, via com 460 m de extensão por 8 m de largura.
Q	Conclusão da Calçada da Avenida Mico Leão Dourado	Construção de 2.100 m de passeio de concreto com 1,50 m de largura e 0,07 m de espessura no trecho compreendido entre a Rua Arara Azul e o Clube de Campo, incluindo a recuperação da área de passeio já implantada.

Tabela 3 - SEFP

Região	Demanda Incorporada	Descrição da Demanda
B	Construção de creche para região	Construção de creche para atender entre 250 e 300 crianças da região
E	Construção de EMEIEF no Jardim Alzira Franco II.	Construção de uma EMEIEF com previsão de atendimento de 600 crianças
K	Ampliação de duas salas na Creche Ângela Masiero– Vila Junqueira	Ampliação de duas salas multiuso
P	Construção de um CESA integrado contemplando Creche, EMEIEF, Centro Comunitário.	Construção de um CESA integrado contemplando Creche, EMEIEF, Centro Comunitário.
C/D/E/G// J/K/M/O/R /S Cidade	Distribuição de uniforme escolar para os alunos da rede municipal de ensino	O atendimento com uniformes será fornecido para toda a rede municipal escolar

Tabela 4 - SCEL

Região	Demanda Incorporada	Descrição da Demanda
H Cidade	Reforma e ampliação do centro de danças	Construção de 4 salas de aula (10m x 10m cada), com piso de madeira, espelho nas paredes e barra nas laterais; 1 teatro para 150 lugares e palco mínimo de 10m x 7m com coxias e camarins; 1 biblioteca/videoteca; 1 sala de estudo; 1 sala de convivência; 1 sala de professores; 1 sala de coordenação; 1 sala administrativa; 2 vestiários, com 4 chuveiros cada e armários; 3 banheiros; 1 copa/cozinha; 1 depósito; playground na parte externa; Estacionamento para 12 veículos.

Tabela 5 - SDUH

Região	Demanda Incorporada	Descrição das Demandas
E	Urbanização do Núcleo Ipiranga I e II, condicionada à captação de recursos externos e aquisição de terras.	A urbanização contempla execução de infraestrutura, abertura de viário, contenção aquisição de terra e produção habitacional.
H	Urbanização do núcleo Graciliano Ramos	Urbanização do núcleo Graciliano Ramos condicionado a captação de recursos externos
M	Elaboração de Projeto Executivo para os Núcleos São Bernardo e Vila Esperança	Elaboração de Projeto Executivo para os Núcleos São Bernardo e Vila Esperança
	Elaboração de Projeto Executivo para o Núcleo Santa Cristina	Elaboração de Projeto Executivo para o Núcleo Santa Cristina
O	Urbanização dos Núcleos Pedro Américo e Homero Thon	Urbanização dos Núcleos Pedro Américo e Homero Thon condicionada à captação de recursos externos e terras

Tabela 6 - SEMASA

Região	Demanda Incorporada	Descrição
L	Obra de controle de enchentes na Rua Laura	A orientação dessa intervenção está calcada na ampliação da canalização do córrego, ao longo da Rua João Belletato e a interceptação das contribuições, que ocorrem no trecho da canalização, que corta os lotes a montantes, principalmente através do sistema de drenagem a ser implantado na Rua Antônio Bastos, somada a melhoria de micro drenagem a ser realizada na Rua Laura. Essa intervenção esta dividida em etapas, a saber: 1º Etapa: ampliação da canalização do córrego, na Rua João Belletato, com a construção de uma galeria moldada de concreto, com seção de 4 m x 2 m, com cerca de 170 m de extensão. Execução de 300 m de galeria, com 1500 mm, na Rua Antônio Bastos, mais ampliação das galerias existentes na rua Dr. Messutti, até a Rua Hadock Lobo; 2º etapa: Rua Antônio Bastos, a execução de rede de drenagem de 380 m com 1200 mm até a rua Eduardo Monteiro, melhoria da micro drenagem na Rua Laura e imediações; 3º Etapa: Micro drenagem a montante da bacia, no entorno da rua Duque de Caxias
O	Canalização do córrego Cassaquera Condicionada a capitalização de recurso externo	
R	Execução de Projeto Executivo para implantação da rede de água no Parque Andreense	Rede de água para a região do Parque Andreense- condicionada ao término do processo de regularização fundiária.
S	Canalização do córrego da Rua dos Dominicanos	Canalização do córrego, em perfil "U" da rua Dominicanos. Ou contenção na altura do nº 102 da Rua Dominicanos (fundos). O estudo é determinante para a avaliação do atendimento da demanda

Tabela 7

INVESTIMENTO 2009 RECURSO PRÓPRIO	R\$ 74.599.014,00	9,63%
RECEITA PREVISTA PARA 2009 – (IMPOSTOS)	R\$ 775.013.771,88	

CONTRAPROPOSTA DO GOVERNO

Tabela 8 - Região A

Demanda	Descrição	Valor R\$
Revitalização do entorno da Estação Utinga	Atendimento de adequação de paisagismo: Reformulação da vegetação existente, manutenção de passeios, mobiliários e iluminação ornamental nas áreas de passeio.	510.000,00
Reforma da Unidade de Saúde Utinga	Construção de uma sala de agendamento, adequação da farmácia e pintura geral.	50.000,00

Tabela 9 - Região B

Demanda	Descrição	Valor R\$
Construção de creche para a região	Construção de creche para atender entre 250 e 300 crianças da região	3.840.779,40

Tabela 10 - Região C

Demanda	Descrição	Valor R\$
Recapeamento da Rua Aracanga e entorno	Recapeamento da Rua Guaxinduva – via com 800 m de extensão por 8,40 m de largura – estimativa de custo R\$ 389.000,00 – Rua Aracanga com pavimento asfáltico em razoáveis condições, possuindo 540 m de extensão por 9,50 m de largura- estimativa de custo para recapeamento R\$ 307.000,00. Rua Caraguatatuba (trecho entre a rua Guaraiúnas e Av. Dos Estados) com 100 m de extensão por 8,50 m de largura – Estimativa custo para recapeamento R\$ 58.000,00.	754.000,00
Recapeamento das Ruas das Nações R\$ 21.000,00; Bélgica R\$ 411.000,00; Alemanha R\$ 912.000,00 e Canadá R\$ 50.000,00.	Rua Alemanha – Capeamento (trecho em paralelepípedo com 950 m de extensão por 7 m de largura)	477.000,00

Tabela 11 - Região D

Demanda	Descrição	Valor R\$
Urbanização de área de lazer no Jardim Itapoá Avenida Nova Zelândia		630.000,00

Tabela 12 - Região E

Demandas	Descrição	Valor
----------	-----------	-------

Construção de EMEIEF no Jardim Alzira Franco II	Construção de uma EMEIEF com previsão de atendimento de 600 crianças	7.130.303,33
---	--	--------------

Tabela 13 - Região F

Demanda	Descrição	Valor R\$
Recapeamento das Ruas Borba Gato R\$ 110.000,00; Rodolfo Santiago R\$ 233.000,00; Valdemar Tibagi Tavernaro R\$ 127.000,00 e Ramos de Azevedo R\$ 119.000,00.	1) Recapeamento rua Borba Gato – via com 230 m de extensão por 8 m de largura –estimativa de custo R\$ 110.000,00. 2) Recapeamento da rua Rodolfo Santiago – via com 500 m de extensão por 8 m de largura - estimativa de custo de R\$233.000,00. 3) Recapeamento Valdemar Tibagi Tavernaro – via com 350 m de extensão por 6 m de largura- estimativa de R\$127.000,00 -4) Recapeamento Rua Ramos de Azevedo- via com 200 m de extensão por 8 m de largura – estimativa de custo R\$ 119.000,00	589.000,00

Tabela 14 - Região G

Demanda	Descrição	Valor R\$
Revitalização de área verde no conjunto Prestes Maia	Área – 39.995,50 m ² - área na margem da Av. Prestes Maia, que vai desde o lado do Centro de Detenção (onde estão as moradias provisórias) até a parte de baixo, próximo à unidade de negócios. Reformulação da vegetação existente e manutenção geral de passeios, brinquedos, mobiliários e iluminação.	920.000,00

Tabela 15 - Região H

Demanda	Descrição	Valor R\$
Urbanização do núcleo Graciliano Ramos PAC R\$ 3.270.211,00 / CP R\$ 1.412.643,60	O Projeto prevê a construção de 4 edifícios totalizando 120 unidades, dotado de toda infra estrutura e unidades acessíveis, que irão substituir as casas e barracos existentes, atendendo a toda população cadastrada. No período de construção dos edifícios, as famílias receberão benefício social até o termino da obra. Haverá uma grande área verde, ampliando e qualificando a praça existente.	5.599.655,60

Tabela 16 - Região I

Demanda	Descrição	Valor R\$
Qualificação dos espaços públicos dos Jardins Las Vegas, Milena e Primavera iniciando pela área da feira na Rua Giuseppe Lorenzzini R\$ 350.000,00, e o campo oficial de futebol na área da Rua José Marcon (em parceria com a Iniciativa Privada) R\$ 670.000,00 e Lapate Neto R\$ 920.000,00	Praça Lapate Neto – área total 16.600 m ² , implantação de quadras, área de convivência com bancos e mesas, playground, pista de caminhada, equipamento de ginástica, pista de skate, melhorias no campo de malha, construção de passeios, implantação de vegetação e iluminação.	920.000,00

Tabela 17 - Região J

Demanda	Descrição	Valor R\$
Recapeamento das Ruas Alvorada R\$ 76.500,00; Apora R\$ 21.000,00; Arariba R\$ 123.000,00 e Arouche R\$ 166.000,00.	1) Recapeamento da Rua Alvorada- via com 180.000 m de extensão por 7,20 m de largura – estimativa de custo R\$ 76.500,00; 2) Rua Apora – via existente no núcleo Apucarana entre a Rua Abrantes e Av. Áurea nº 1031.Capeamento de via em paralelepípedo com 70.000 m de extensão por 3,50 m de largura - estimativa de custo R\$ 21.000,00; 3) Recapeamento da Rua Arariba (um trecho desta via foi recapeada recentemente – trecho entre a rua Adriático e rua Carijós) trecho com 290 m de extensão por 7,20 m de largura – trecho entre a rua Adriático e rua Alvorada – estimativa de custo R\$ 123.000,00. 4) Recapeamento da Rua Arouche – via com 390 m de extensão por 7,20 m de largura - estimativa de custo R\$ 166.000,00	386.500,00

Tabela 18 - Região K

Demanda	Descrição	Valor R\$
Ampliação de Creche para a região	Ampliação de duas salas multiuso.	150.000,00

Tabela 19 - Região L

Demanda	Descrição	Valor R\$
Obras de Controle de enchentes na Rua Laura.	A orientação dessa intervenção está calcada na ampliação da canalização do córrego ao longo da Rua João Belletato e a interceptação das contribuições, que ocorrem no trecho da canalização que corta os lotes a montantes, principalmente através do sistema de drenagem a ser implantado na Rua Antônio Bastos, somada a melhoria de micro drenagem a ser realizada na Rua Laura. Essa intervenção esta dividida em etapas, a saber: 1º Etapa: ampliação da canalização do córrego, na Rua João Belletato, com a construção de uma galeria moldada de concreto com seção de 4 m x 2 m com cerca de 170 m de extensão. Execução de 300m de galeria com 1500 mm, na Rua Antônio Bastos, mais ampliação das galerias existentes na rua Dr. Messutti, até a rua Hadock Lobo; 2º etapa: Rua Antônio Bastos, a execução de rede de drenagem de 380 m com 1200 mm até a rua Eduardo Monteiro, melhoria da micro drenagem na Rua Laura e imediações; 3º Etapa: Micro drenagem a montante da bacia, no entorno da rua Duque de Caxias.	2.200.000,00

Tabela 20 - Região M

Demanda	Descrição	Valor R\$
Elaboração de projeto executivo para os núcleos São Bernardo e	Elaboração do Projeto Executivo incluindo serviços de 1) levantamento topográfico; 2) sondagem; 3)	390.000,00

Vila Esperança	pesquisa censitária.	
Elaboração de projeto executivo para o núcleo Santa Cristina	Elaboração do Projeto Executivo, incluindo serviços de 1) levantamento topográfico; 2) sondagem; 3) pesquisa censitária.	590.000,00

OBS: INCORPORANDO A 1ª E A 2ª, O VALOR DO SERVIÇO CAI R\$ 240.000,00

Tabela 21 - Região N

Demanda	Descrição	Valor R\$
----------------	------------------	------------------

Tabela 22 - Região O

Demanda	Descrição	Valor R\$
Urbanização dos Núcleos Pedro Américo e Homero Thon	Núcleos com aproximadamente 570 famílias, serão afetados parcialmente pelo PASV – Plano de Ampliação de sistema viário (Marginal Cassaquera) o que acarretará varias remoções, sendo necessária a produção de unidades habitacionais em áreas a serem adquiridas. Na parte consolidável serão executadas remoções para desadensamento e iluminação de risco, obras para abertura de viários e execução de infraestrutura.	18.256.840,00

Tabela 23 -Região P

Demanda	Descrição	Valor R\$
Construção de um CESA para região	Com construção de um CESA integrado contemplando Creche, EMEIEF, Centro Comunitário.	13.696.970,00
Construção de um Pronto Atendimento na região	Construção de um Pronto Atendimento com 550 m² aproximadamente com recepção ampla, sala de emergência, área de movimentação de ambulâncias, salas de observação, repouso para plantonistas, necrotério, salas de observação para 12 pacientes, com capacidade para o atendimento mensal de 8.000 pacientes, em clínicas médicas e 3.300, em pediatria. Recursos Humanos: 1 médico responsável; 2 médicos clínicos; 1 médico pediatra; 1 encarregada técnica; 1 encarregada administrativa; 1 chefe de enfermagem; 1 farmacêutico; 2 auxiliares de farmácia; 5 enfermeiros; 42 auxiliares de enfermagem e 3 secretárias.	5.973.536,07

Tabela 24 - Região Q

Demanda	Descrição	Valor R\$
Implantação de equipe de saúde bucal na unidade de saúde Recreio da Borda do Campo.	Implantação de 02 equipes de Saúde Bucal. Estrutura física: Reforma da unidade de saúde. Recursos Humanos: 02 Dentistas e 2 Auxiliares de Consultório Dentário.	466.401,23
Conclusão da calçada na Avenida Mico Leão Dourado	Construção de 2.100 m de passeio de concreto com 1,50 m de largura e 0,07 m de espessura no trecho compreendido entre a Rua Arara Azul e o Clube de Campo, incluindo a recuperação da área de passeio, já implantada.	500.000,00

Tabela 25 - Região R

Demanda	Descrição	Valor R\$
Construção de unidade de saúde em Paranapiacaba	Construção PA de aproximadamente 580 m ² , com recepção, sala de espera, sanitário, administração, farmácia, almoxarifado, 02 consultórios, 1 Odonto, inalação, curativo/ procedimento, medicação / Vacina, posto de enfermagem, Raio X, observação masculina e feminina, sala de emergência com 3 leitos, posto policial, DML/ expurgo, vestiários, conforto médico/enfermagem, copa.	5.647.513,00
Rede de água para a região do Parque Andreense- condicionada ao término do processo de regularização fundiária. Projeto R\$ 150.000,00	Rede de água para a região do Parque Andreense- condicionada ao término do processo de regularização fundiária.	1.310.000,00

Tabela 26 - Região S

Demanda	Descrição	Valor R\$
Ampliação do Programa Saúde da Família para a região	Recursos físicos: Necessidade de construção de 02 unidades de saúde para implantar, com 4 equipes cada. A Área de cada unidade deverá ser de aproximadamente 500 m ² . Implantação de 08 equipes de saúde da família. Recursos Humanos: 08 Médicos, 08 enfermeiros, 16 auxiliares de enfermagem, 40 Agentes Comunitários de Saúde, 12 Oficiais Administrativos e 06 Auxiliares de serviços gerais.	5.000.066,37
Canalização do córrego da Rua dos Dominicanos	Canalização do córrego em perfil "U", da Rua Dos Dominicanos. Ou contenção na altura do nº 102 da Rua dos Dominicanos (fundos). O Estudo é determinante para a avaliação do atendimento da demanda.	1.365.000,00

Tabela 27 - Para CIDADE

Demanda	Descrição	Valor R\$
Distribuição de uniforme em toda rede escolar municipal	O atendimento dos uniformes poderá ser fornecido para toda a rede municipal escolar	5.000.000,00